



CÂMARA DOS DEPUTADOS  
Gabinete Dep. Federal Alceu Moreira - RS

## REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO

(Do Sr. Deputado Alceu Moreira)

**Requer informações à Ministra de Estado do Meio Ambiente e Mudança Climática acerca do posicionamento que será adotado pelo Ministério na 11ª Conferência das Partes (COP 11) da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (CQCT), em Genebra.**

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com os arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requero que seja encaminhado à Ministra do Meio Ambiente e Mudança Climática, Senhora Marina Silva, o presente pedido de informação acerca do posicionamento que será defendido pelo Ministério na 11ª Conferência das Partes (COP 11) da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco (CQCT), que acontecerá de 17 a 22 de novembro, em Genebra, especialmente no que tange à regulamentação dos dispositivos eletrônicos para fumar (DEFs), como medida em prol do cumprimento das metas ambientais. Diante do exposto, requer-se as seguintes informações:

1. Quem será o indicado do Ministério para representar a pasta na CONICQ? O Ministério tem expectativa de participar da COP 11?
2. Qual o posicionamento oficial a ser adotado pelo Ministério do Meio Ambiente e da Mudança Climática na próxima reunião da CONICQ em relação à valorizar o comprometimento da cadeia produtiva de tabaco no Brasil ao meio ambiente?





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete Dep. Federal Alceu Moreira - RS

3. O MMA está participando ativamente em prol da elaboração da posição brasileira para a COP 11 da CQCT no que tange à ausência de regulamentação dos DEFs, já que a proibição irrestrita impede a aplicação das normas da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010) como rotulagem ambiental, logística reversa e metas de descarte sustentável?
4. O Ministério considera que a atual política de proibição dos DEFs gera um passivo ambiental oculto, ao estimular a entrada massiva de produtos eletrônicos irregulares — sem controle de substâncias tóxicas, metais pesados ou baterias de lítio — no território nacional, sem qualquer fiscalização sanitária, aduaneira ou ambiental, o que impede o cumprimento do disposto no Art. 4, V, alínea i do Planejamento Estratégico do Ministério do Meio Ambiente e Mudança de 2024 a 2027?
5. O MMA considera que a regulamentação do tabaco aquecido como alternativa para substituição gradual ao cigarro convencional, haja vista que não há combustão, não gera fumaça, nem cinzas, pode contribuir para a redução de emissões, resíduos poluentes e incêndios acidentais? Isso tem sido debatido no contexto das metas de descarbonização?

### JUSTIFICATIVA

O Brasil é referência internacional na produção e exportação de tabaco, sendo o segundo maior produtor deste produto, perdendo apenas para a China, e o maior exportador, sendo o sustentáculo da economia de centenas de municípios e sustenta milhares de famílias, especialmente na agricultura familiar do Sul e Nordeste do país.

Ainda, é importante ressaltar que a fumicultura brasileira é altamente sustentável, sendo um dos setores que mais adota práticas conservacionistas de solo. Segundo dados do Sindicato Interestadual das Indústrias do Tabaco





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete Dep. Federal Alceu Moreira - RS

(SindiTabaco) cerca de 76% dos produtores de fumo já adotam o cultivo mínimo ou plantio direto na palhada; 79% realizam a sucessão ou rotação de culturas e as propriedades têm cobertura média florestal de 24%.

Hoje, o Brasil adota uma política de proibição total dos DEFs, mas o consumo clandestino avança de forma descontrolada. Segundo dados da Escola de Segurança Multidimensional da USP e da FIEMG, há entre 2,7 e 4 milhões de usuários mensais desses dispositivos no país. Como esses produtos entram e circulam ilegalmente, não estão submetidos a nenhuma norma de rotulagem ambiental, logística reversa ou controle de resíduos perigosos, mesmo contendo baterias de lítio, metais pesados, plásticos rígidos e componentes eletrônicos que, se descartados incorretamente, apresentam elevado risco ao meio ambiente.

A Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco, por meio da CONICQ, pode ser um importante espaço de diálogo para repensar políticas proibitivas que têm atrasado os marcos em prol do meio ambiente instituído pelo Governo Federal. Para tanto, é fundamental que os ministérios que compõem a Comissão adotem uma postura firme e técnica em defesa do meio ambiente, da competitividade econômica e do equilíbrio entre saúde pública e desenvolvimento ambiental.

Sala das Sessões,

Brasília, 17 de julho de 2025.

**Alceu Moreira**

**Deputado Federal - MDB/RS**

